

**ALGUNS COMENTÁRIOS A RESPEITO DA TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES SEM-TETO (MTST/PE) EM RECIFE**

SOME COMMENTS ABOUT TO TERRITORIALITY OF THE HOMELESS WORKERS MOVEMENT
(MTST/PE) IN RECIFE (BRAZIL)

ALGUNOS COMENTARIOS SOBRE LA TERRITORIALIZACIÓN DE LO MOVIMIENTO DE LOS
TRABAJADORES SIN VIVIENDA (MTST / PE) EN RECIFE (BRASIL)

Otávio Augusto Alves dos Santos
Universidade Federal de Pernambuco
otavioaas@gmail.com

Resumo

Este artigo tem o objetivo de realizar uma breve análise das práticas espaciais desempenhadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-teto/PE em Recife, destacando seu processo de territorialização. Procura-se demonstrar o desenrola dessa prática no âmbito da atuação desse movimento e a forma a partir da qual ela promove transformações estruturais na cidade. Com base nos resultados do trabalho de dissertação do autor, conclui-se que esse movimento sem-teto tem na territorialização o ponto de partida de toda a sua luta e que a Geografia deve compreender esse processo de apropriação dos espaços por meio de uma noção de território mais atrelada às práticas sociais cotidianas e aos micropoderes que são constantemente exercidos no interior das sociedades.

Palavras-chave: Movimento Sem-teto; Práticas espaciais; Territorialização

Abstract

This paper aims realize a brief analysis about the spatial practices performed by Movement of Homeless Workers in Recife, emphasizing his territoriality. We seek demonstrate how this practice happens in actuation and how it promotes structural changes in the city. Supported in the results of the dissertation of the author, we concluded that this movement has in the territorialization process the base of all his struggles and that Geographers must study this practice through of a notion of territory most related with the social quotidian practices and the micro-powers that are exercised in the societies.

Key words: Homeless Movement; Spatial Practices; Territoriality

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo hacer un breve análisis de las prácticas espaciales realizadas por lo Movimiento de los trabajadores sin Vivienda en Recife, enfatizando el proceso de territorialización. Se pretende demostrar cómo sucede esta práctica en la acción de este movimiento y cómo se promueve cambios estructurales en la ciudad. Con base en los resultados de la disertación del autor, llegamos a la conclusión de

que este movimento tiene en la territorialización el punto de partida de todas sus luchas, y que los geógrafos deben entender este proceso de apropiación de los espacios por medio de una noción de territorio más vinculada a las prácticas sociales cotidianas y a los micropoderes que son ejercidos en las sociedades. Palabras clave: Movimento de los sin vivienda; praticas espaciales, territorialización

Introdução

Como afirmamos em Santos (2012), outras formas de luta insurgiram mais recentemente na realidade urbana brasileira, inaugurando novas estratégias de ações políticas. Entre essas novas formas de luta urbana se destacam os movimentos de luta por moradia, como os movimentos sem-teto ou sem-casa. Mesmo operando com insatisfações circunscritas na esfera da reprodução, esses movimentos passaram a empreender uma nova forma de luta de classe, ocupando espaços nas cidades e construindo suas precárias moradias com madeiras, lonas e restos de materiais de construção. São movimentos sociais que atuam territorializando e produzindo outros espaços, muitas vezes a revelia do modelo capitalista hegemônico. Por isso, como afirmou Porto-Gonçalves (2006), tratam-se de sujeitos sociais cuja compreensão de sua natureza sociológica e de suas ações coletivas nos leva a considerar, via de regra, o seu espaço de vida.

O objetivo deste trabalho é apresentar alguns dos resultados do trabalho de dissertação do autor¹, onde foram elencadas as diferentes práticas espaciais desempenhadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-teto de Pernambuco (MTST/PE) na Região Metropolitana do Recife (RMR) a partir de uma análise crítica dos discursos de seus integrantes. Em função do espaço, daremos ênfase apenas à prática da territorialização.

Inicialmente, faremos um breve excursão teórico a cerca do conceito de território na geografia, no intuito determinar a perspectiva utilizada durante a pesquisa. Em sequência, apresentaremos de maneira muito sucinta a trajetória e as diversas práticas espaciais realizadas pelo MTST/PE na RMR para, no final, caracterizar os diferentes processos de territorialização levados a termo pelo MTST/PE em sua luta permanente contra o modelo hegemônico de urbanização.

Concepções de território na geografia

Em um trabalho sucinto e extremamente esclarecedor, o geógrafo brasileiro Marcos Aurélio Saquet (2010) expõe as inúmeras abordagens e concepções de território, demonstrando também a importância deste conceito no âmbito do desenvolvimento histórico do pensamento geográfico. Segundo Saquet (2010, p.17),

¹ Intitulada “Em Busca de Territórios Autônomos: as práticas espaciais do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto na Região Metropolitana do Recife”, a referida dissertação foi defendida em Fevereiro de 2013 no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco.

as abordagens e concepções de território transitaram desde uma concepção naturalista e geopolítica para uma relacional/dinâmica:

[...] passa-se de estudos do território de matriz biológica ou com base na atuação do Estado-Nação, entendendo o território como suporte ou conjunto de recursos naturais, para abordagens relacionais-processuais, reconhecendo-se outros níveis de relações de poder, os conflitos, a apropriação e dominação do espaço, enfim, o movimento histórico e multiescalar.

A palavra território surge ainda na antiguidade com o propósito de designar uma fração do espaço governada por um poder soberano. Os “geógrafos” daquela época ainda não haviam se debruçado teoricamente sobre essa categoria de análise e, por isso, ela sempre foi tratada sem muito rigor científico, até por que a própria geografia ainda se encontrava em seu estado “selvagem”, ou seja, ainda não havia se modernizado e se institucionalizado enquanto uma unidade disciplinar. Por isso, a primeira e mais elementar discussão explícita sobre o território só veio ocorrer na Renascença europeia, através das contribuições do pai da Ciência Política, Nicolau Machiavel. Os postulados deste pensador presentes, por exemplo, em sua obra *O Príncipe* (1513), trazia o que talvez tenha sido a primeira reflexão sobre o Estado e o território (muito mais sobre o primeiro do que o segundo, é bem verdade). Nessa obra Machiavel descrevia as estratégias necessárias para constituição de um principado forte e duradouro através da dominação de espaços e a imposição de uma rígida disciplina, destinada a manter a coesão interna do território.

A contribuição de Machiavel serviu para subsidiar o pensamento burguês que estava em vias de sua fundamentação, mas que só se consolidaria no século XVIII com as revoluções burguesas. A Revolução Francesa e o nascimento do Estado-nação fez difundir uma concepção de território atrelada ao poder do Estado. O território passou a ser concebido, então, como a área geográfica cujas regras e normas de coabitação eram definidas pelos poderes democraticamente instituídos. Contudo, a definição conceitual desta categoria ainda se achava diluída nas discussões sobre o Estado e, por isso, ainda não se podia falar do território enquanto conceito e categoria de análise da Geografia.

Isso só veio a ocorrer no século XIX com a grande contribuição do geógrafo alemão Friedrich Ratzel. Considerado por muitos como o fundador da moderna Geografia humana, Ratzel entendia o território enquanto uma área de recursos naturais. Por isso, em sua concepção, o território era muitas vezes tratado como solo (*Boden*). Na verdade, as reflexões sobre a natureza, o Estado, as raças humanas e as paisagens naturais estavam no cerne das preocupações de Ratzel, refletindo a modernidade então galopante na Europa e o processo de unificação da Alemanha.

Como bem resume Saquet (2010, p. 31), Ratzel fundamenta sua análise a partir de pressupostos positivistas. Seu método indutivo resume-se na observação, descrição e classificação das paisagens, bem como na defesa de uma concepção de território atrelada ao substrato, às condições naturais necessárias a realização da vida humana. Fazendo isso, “Ratzel naturaliza o povo e o território, ligando-os ao Estado-Nação”.

Essa noção de território atrelada ao Estado-Nação perdurou como paradigma na Geografia durante décadas, sendo apenas repensada no extenso processo de renovação desta disciplina, ou seja, a partir da segunda metade do século XX. Essa renovação, por sua vez, deu-se mediante distintos fatores. Dentre eles,

vale destacar, estão os repúdios antipositivistas contra as ideias de região e paisagem (em suas acepções tradicionais) que insurgiram no âmbito do processo de renovação crítica da Geografia. A dialética materialista e a crítica marxista da economia política, por certo, foram basilares nesse processo, mas outras perspectivas filosóficas também foram cruciais, tais como a fenomenologia. Autores como Jean Gottmann, Henri Lefebvre, Giuseppe Dematteis e Robert Sack foram decisivos nesse processo de rejuvenescimento do conceito de território (SAQUET, 2010).

Mas nada foi tão determinante ao processo de renovação deste conceito do que a noção de poder adjudicada pelo filósofo francês Michel Foucault (1995, 1997, 2001 [1986] e 2009 [1979]). Como se sabe, o poder sempre foi tradicionalmente concebido enquanto um corpo único do qual se podia apropriar para o governo. Contudo Foucault revolucionou essa noção ao dizer que o poder não é algo do qual se pode apropriar, mas unicamente se exercer. Embora não tenha desenvolvido nenhum trabalho sistematizado sobre o poder, Foucault o incluiu em seu projeto filosófico, refletindo sobre essa categoria em diversos trabalhos. Para Foucault, não é possível descobrir a origem do poder ou as formas de se obtê-lo, mas apenas identificá-lo e caracteriza-lo no interior dos diferentes mecanismos de poder existentes e dispersos nas relações sociais. Com efeito, o poder para Foucault não possui uma unidade basilar, ou alguma espécie de ponto irradiador, pois ele se encontra diluído nas relações sociais. E por conta dessa sua dispersão nas sociedades, não se pode se apoderar do poder, uma vez que ele é, na verdade, constantemente exercido. Neste sentido, o fenômeno da apropriação e da dominação de espaços preexiste ao Estado, pois o poder é exercido de diferentes formas no âmbito das relações sociais cotidianas.

Foi a partir dessa noção de poder em Foucault que surgiram as chamadas abordagens relacionais sobre o conceito de território, abordagens essas que primavam mais os micropoderes do que os macropoderes na constituição dos territórios. Foi a partir de Foucault, entre outras referências, que Claude Raffestin elaborou uma das propostas mais complexas e determinantes para o novo conceito de território. Sua perspectiva parte da ideia de que toda ação do homem no mundo tem por característica intrínseca um processo de apropriação do espaço, uma territorialização. O território corresponde, assim, a um espaço onde se projetou um trabalho primeiramente idealizado por um ator social. Esse ator é o sujeito da territorialização, o que se apropriou de certa parcela do espaço. O território ocorre de maneira difusa, junto às práticas cotidianas das pessoas. Portanto, o que Raffestin propôs foi, em suma, a superação da noção Geopolítica do poder e do território, sugerindo uma concepção para além da institucionalidade do Estado, ou seja, uma noção de território ao nível das relações sociais cotidianas. O território, a partir de então, deixou de ser concebido enquanto o espaço de soberania de um Estado e passou a ser entendido enquanto uma fração do espaço apropriada pelas relações de poder exercidas cotidianamente.

Depois, no desenvolvimento das demais abordagens relacionais, tem-se entre as décadas de 1980 e 1990, uma inflexão para abordagens cada vez mais idealistas, que privilegiavam a dimensão simbólica ou imaterial dos territórios. Essa tendência se intensificou, sobretudo, depois da seminal contribuição de Bourdieu com seu "Poder Simbólico" (2007). Uma outra importante contribuição que vai caracterizar o surgimento de uma concepção de território numa perspectiva imaterial advém de Bonnemaïson e Cambrèze

(*apud* HAESBAERT, 2007). Esses dois autores radicalizaram essa perspectiva idealista, atrelada às relações de poder simbólico e, conforme um ponto de vista mais contemporâneo, atribuíram primazia aos valores e a cultura na constituição dos territórios.

Portanto, de base para sustentação do Estado, passou-se a uma concepção relacional e imaterial de território. E foi neste mesmo processo de desenvolvimento da abordagem territorial que os geógrafos passaram a levar em conta, cada vez mais, o movimento. Isso porque, com a globalização, foi necessário levar em conta a dinamicidade dos territórios diante das fortes e constantes mudanças em nível material e imaterial proporcionadas pelo desenvolvimento das redes de comunicação. Autores como Manuel Castells (2008) e Bertrand Badie (1995) foram importantes nesse processo, uma vez que evidenciaram o “fim dos territórios” em sua acepção moderna, constatando uma sociedade global que passou a se organizar socioespacialmente através de redes. Ou seja, a lógica zonal de organização socioespacial fora subsumida pela lógica reticular.

Essa concepção de território que compreende o movimento teve também na contribuição de autores não geógrafos como Deleuze e Guattari um de seus principais desenvolvimentos e refinamentos. Como se sabe, esses autores são responsáveis pela introdução, na Geografia, das noções de “desterritorialização” e “reterritorialização”. "Simplificadamente podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, 'é a operação de linha de fuga' e a reterritorialização é o movimento de [re]construção do território" (DELEUZE & GUATTARI *apud* HAESBAERT & RODRIGUES, 2002, p. 14) (acréscimos nossos). Para esses autores, desterritorialização e reterritorialização são duas fases de um mesmo processo, uma vez que constituem o próprio devir da realidade social do ponto de vista material e imaterial. Mais tarde Haesbaert (2007) vai chamar de “multiterritorialidade” o processo socioespacial contemporâneo caracterizado pela sobreposição de territórios e que tem possibilitado a vivência social entre diferentes territórios em escalas e tempos distintos.

Ademais, foi à luz destas últimas abordagens que procuramos fundamentar a nossa perspectiva durante a pesquisa. Neste sentido, procuramos juntar elementos e construir uma abordagem consequente da união dessas últimas concepções, ou seja, o território enquanto *relações de poder, operando a partir de uma fração do espaço, de maneira dinâmica e nos níveis material e simbólico*.

Essa territorialização ocorre, vale destacar, depois ou durante o processo de produção do espaço geográfico, pois é a partir da construção de territórios que, muitas vezes, os sujeitos produzem seus espaços. Da mesma forma, eles também se apropriam do que já está constituído, inaugurando com isso novos usos e, no limite, produzindo novos espaços. Nessa apropriação concreta incidem aspectos imateriais e dinâmicos, possibilitando o surgimento de fenômenos como a construção dos territórios simbólicos, dos territórios-redes, da multiterritorialidade etc.

Os movimentos sociais urbanos contemporâneos, por exemplo, só podem ser plenamente compreendidos a luz dessa concepção de território, uma vez que eles frequentemente se apropriam dinamicamente de certos espaços das cidades como forma de conquistar a emancipação dos indivíduos envolvidos, seja no âmbito material ou imaterial.

O movimento dos trabalhadores sem-teto de Pernambuco e suas práticas espaciais

A territorialização de espaços na cidade é a primeira e mais importante prática espacial desempenhada pelo MTST/PE na Região Metropolitana do Recife. Essa é uma de muitas outras constatações que obtivemos enquanto resultado de nosso trabalho de dissertação. Nesse mesmo trabalho foram elencadas as diferentes práticas espaciais desenvolvidas pelo MTST/PE e apontadas as formas através das quais elas podem protagonizar mudanças estruturais na cidade.

Como já esclarecido em Santos (2012 e 2013), os movimentos sem-teto são, em sua maioria, organizações que visam amparar famílias economicamente muito pobres, mas que também organizam mobilizações, ocupações e outras ações políticas até que essas famílias sejam atendidas por programas habitacionais de interesse social. Em Recife, o MTST/PE surgiu na ocasião da ocupação do prédio do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), no bairro de Santo Antônio, centro do Recife, em 1999. Essa ocupação, por sua vez, foi resultado de uma marcha organizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelas demais organizações que compunham o Fórum de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania.

Por conta de choques de interesses entre lideranças pertencentes a diversos partidos e movimentos sociais que atuavam naquela ocupação, uma importante fatia de lideranças e ocupantes mais próximos ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) e ao Partido dos Trabalhadores (PT) afastaram-se do ato, passando a construir a bandeira e os princípios do MTST Pernambuco.

O MTST/PE é hoje o mais importante movimento sem-teto em atuação na RMR, chegando a coordenar mais de 48 ocupações em todo o Estado de Pernambuco. Atualmente, esse movimento participa de inúmeros Fóruns e Conselhos destinados a discutir os rumos das cidades, contribuindo na formulação de políticas públicas graças aos instrumentos participativos consolidados pelo Estatuto da Cidade.

Em sua trajetória na RMR, o MTST/PE vem construindo sua luta por meio de diferentes práticas espaciais: a *territorialização*, a *ressignificação de espaços* e a *construção de redes socioespaciais*². Ambas ocorrem de maneira complementar e, muitas vezes, simultaneamente, tendo como objetivo a construção coletiva da emancipação das famílias sem-teto.

A territorialização corresponde ao processo de apropriação dos espaços da cidade, com caráter permanente ou temporário, de abrangência familiar ou coletiva. Nesse sentido, as ocupações se constituem no principal tipo de territorialização, pois é a partir dela que toda a atuação do MTST/PE é edificada. Em suma, essas ocupações correspondem a ações coletivas organizadas que visam se apropriar de terrenos

² Nosso estudo tomou por base o trabalho de Souza (2010), para quem há seis práticas espaciais provenientes dos ativismos socioespaciais urbanos contemporâneos: *a Territorialização em sentido estrito; Territorialização em sentido amplo; Refuncionalização/reestruturação do espaço material; Ressignificação de lugares; Construção de circuitos econômicos alternativos; Construção de redes espaciais*. Como se pode depreender, não utilizamos as mesmas definições do autor, pois nosso objetivo foi identificar as práticas do MTST/PE em sua atuação real.

baldios ou edificações abandonadas para, a partir de então, desencadear um processo de resistência e luta pela conquista de moradias. Sobre os diferentes tipos de territorialização nos debruçaremos mais adiante.

A resignificação de espaços, por sua vez, corresponde ao processo por meio do qual os sem-teto atribuem novos significados, novos valores e novos usos a certos espaços da cidade. É por meio dessa prática que os sem-teto fazem frente ao sentido burguês da propriedade privada, na medida em que realçam a função social das propriedades urbanas. Já em suas passeatas e protestos, os sem-teto resgatam o sentido principal dos espaços públicos, reafirmando-os enquanto lócus da atividade política.

Por fim, a construção de redes socioespaciais diz respeito ao processo por meio do qual o MTST/PE estabelece articulações de cooperação técnica e político-pedagógica, nas mais diversas escalas geográficas. Tais redes são constituídas sob o fito de fortalecer as lutas do movimento e as possibilidades de conquista de seus principais objetivos, que é a garantia de moradias e a emancipação das famílias sem-teto.

Foram a partir dessas práticas, portanto, que o MTST/PE construiu sua trajetória, garantindo a conquista de moradias para inúmeras famílias pobres, mas também fazendo frente ao modelo hegemônico de urbanização em curso. No trabalho em tela, focaremos apenas a prática da territorialização. Procuraremos agora descrever como elas se processam no âmbito da atuação do MTST/PE e, qual sua importância na luta deste movimento.

A territorialização do mtst/PE em Recife

Como dito, é a partir da territorialização de certos espaços da cidade que o MTST/PE inicia todo o seu processo de resistência e luta contra a urbanização capitalista. Na realidade desse movimento, essas territorializações se efetivam de diferentes formas, a partir de diferentes motivações e com diferentes objetivos. A *ocupação* é a principal delas, mas podemos também destacar as *passeatas*, *os protestos* e as *territorialidades “intra-ocupação”*.

i) As ocupações:

Correspondem a um conjunto de ações muito bem arquitetadas por parte das lideranças e das famílias sem-teto que visa, como dito, apropriar-se de terrenos baldios e edificações abandonadas para, a partir dali, desencadear todo o seu processo de resistência e luta pela conquista da moradia e da emancipação:

Nas ocupações, a gente fazemos um levantamento do terreno, né?! E convidamos as famílias, vamos de porta em porta e explicamos para as famílias qual é o objetivo do movimento, qual é o trabalho que o movimento faz pra conquistar a moradia. E a gente fazemos reuniões, nós temos de oito à dez reuniões. E depois dessas dez reuniões, a gente ocupamos o terreno ou prédio, dependendo do que seja (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 29/12/2012, em Recife).

(Quando interpelada sobre como se organiza uma ocupação...)

Uma ocupação surge de uma conversa entre algumas famílias que estão necessitadas junto com os coordenadores que já tem essa experiência. A gente não ocupa um lugar por ocupar! A gente organiza o espaço por mais de três meses, vê os ônibus. As famílias só sabem que vão ocupar aquele espaço no dia da ocupação. Chegando lá a gente divide os lotes. Cada família pega seu lote que são de tamanhos iguais. Geralmente eles são muito pequenos, devido ao grande número de famílias, mas isso é o que a

gente faz. Dali em diante, naquela mesma noite, a gente tira uma coordenação local, né?! Uma coordenação que vai tentar estruturar aquele momento. Hoje a gente não quer passar mais de seis meses numa ocupação, até porque é muito sub-humano, né?! Então a gente tenta ir, fazer o ato, chamar a atenção do município e do governo. Mas enquanto a gente estiver lá, tem suas regras. Temos coordenadores locais e temos apoios. Então, se tiver portão, nós temos que nos dividir, homens e mulheres, para que se tenha a segurança adequada [...] Nós estipulamos que haja uma contribuição de três reais para que a manutenção daquela ocupação permaneça (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 09/01/2013, em Recife).

(A respeito dos critérios utilizados para a escolha dos terrenos e edifícios a serem ocupados...)

Primeiramente, a gente procura terrenos e prédios que não sejam privados, que sejam do governo federal, municipal ou estadual. Mas que não seja de empresas. Por quê? Por que a ideia de ocupar, além de chamar a atenção da sociedade, é também fazer daquilo ali um empreendimento futuro. Então, a primeira coisa é que a gente visualiza aquilo como um empreendimento. O segundo é que a gente não procura ir muito longe de onde as famílias já moravam, tipo em Água Fria. A gente pega famílias daqueles bairros vizinhos e aí já visualiza um terreno que está desocupado há muito tempo. Então a gente não tira aquelas famílias que já tinham ali seu habitat há muito anos. A gente tenta ver terrenos e edificações que estejam próximos. Hoje a gente está até mais ousado, agente está até no centro. Como você sabe, nós ocupamos o Trianon, ocupamos o IBGE, porque a gente acredita que morar no centro é também para famílias de baixa renda, e não só para famílias de classe média. Então é mais ou menos essa linha, essa divisão que a gente tem (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 09/01/2013, em Recife).

O alto grau de organização e o caráter sistemático das ocupações é o que distingue os próprios movimentos sem-teto dos demais movimentos sociais urbanos ou de luta por moradia. Os motivos que levam a realização de uma ocupação, segundo as lideranças, correspondem quase sempre às demandas populares. Mas o surgimento em maior ou menor frequência pode se dar também em função de desavindos com alguma postura governamental.

Olhe, por nós, já dissemos isso em vários lugares, nós não achamos nenhuma graça em ocupar, né?! Não achamos nenhuma graça em ver um "mói" de gente na rua gritando por moradia, fazendo paralisação, queimando pneu. Nós fazemos juntamente com este coletivo, por falta ou por uma ausência de uma política habitacional no país. Então, a ausência de uma política habitacional é que move as pessoas, as famílias, os sem-teto a se organizarem para fazer o que a gente chama de ocupações (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE e coordenador nacional da UNMP em 29/01/2013, em Recife).

Conforme informações obtidas nas entrevistas que basearam a dissertação do autor, mais da metade dos sem-teto justificam as ocupações enquanto ato político, além da demanda popular. Neste sentido vale conferir o que disse uma das coordenadoras estaduais do movimento:

(Sobre os motivos que impulsionam a realização de ocupações...)

Existe uma falta de diálogo com os municípios. Ora, se você tem um movimento organizado, se tem demanda de famílias precisando de habitacionais e o município não chama esse movimento para conversar, ignora literalmente. Isso impulsiona o movimento a fazer o quê? A ocupar! O movimento não ocupa porque acha bonito, pelo contrário. Muitas vezes a gente está acampado, eu já vivenciei isso por cinco anos, e é sub-humano você não ter um banheiro, né?! Não ter espaço de lazer, não ter energia [...] Então a gente ocupa por conta disso, um dos principais critérios é esse, a falta de diálogo com os municípios, né?! Se o município tiver um diálogo com o movimento, inscrever essas famílias do movimento e essas famílias forem beneficiadas, não teria o por que de a gente estar ocupando, né?! Nós faríamos atos, como a gente sempre faz no dia mundial do habitat, atos com o Fórum de Reforma Urbana, nós iríamos continuar fazendo tudo isso. Agora, o acampamento ele se faz necessário por conta disso, porque não há um diálogo com os prefeitos nos municípios e o movimento. O que impulsiona é justamente isso, a falta de habitacionais e a falta de diálogo entre os municípios e o movimento (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 09/01/2013, em Recife).

Esse caráter político das ocupações caracteriza ainda mais esses territórios como resultado de relações de poder. Na verdade, apenas o fato de haver um grupo de “excluídos” agindo por sobre o espaço urbano já nos induz a supor que nesses territórios há, como em nenhum outro, um conflito de poderes com o resto da cidade, pois a urbanização em curso é intrinsecamente desigual e se reproduz mediante a construção social de uma pobreza crônica e politicamente amorfa. Toda ação dos sem-teto, portanto, mesmo que pouco pretensiosa e despida de intenções radicalmente transformadoras, naturalmente consegue fazer frente ao modelo de produção do espaço urbano capitalista.

O referido processo de luta contra a urbanização posta se faz ainda mais notável diante da forte participação coletiva exercida pelos ocupantes em todo o processo de territorialização. A horizontalidade das relações, por si só, é uma afronta à lógica hegemônica de produção do espaço que, por sua vez, é quase sempre hierarquicamente orientada pelo poder econômico.

Embora hajam hierarquias abertamente declaradas entre as lideranças e as demais famílias sem-teto, a relação entre as representações locais e as famílias não é totalmente assimétrica, assim como a relação entre os líderes estaduais e os locais. Tem-se, portanto, um modelo híbrido de organização política que mescla uma estrutura política hierárquica (semelhante a sindical ou a partidária) com estruturas simétricas, horizontais e auto-gestionárias, configurando um modelo de desenvolvimento territorial onde as relações de poder entre os ocupantes existem no sentido de direcionar as ações coletivas, sem necessidade de coerção e violência. Esse caráter autônomo das ocupações está claro nas seguintes falas:

(A respeito dos processos decisórios no âmbito da ocupação...)

É um trabalho bem coletivo, né?! Pronto, no caso mesmo que aconteceu no Trianon, que a gente teve que desocupar, né?! E ali veio a coordenação estadual, junto da coordenação local e as famílias, né?! E a gente passa para as famílias qual o motivo de a gente está saindo dali, porque não tem condições da gente ficar ali. Então faz uma avaliação, um levantamento ali e o povo escuta a gente e a gente escuta o povo. Muita gente chega a interrogar, e diz: "E se lá não der certo?!" A gente diz: "Se lá não der certo a gente vai à procura de outro terreno e coloca as pessoas, né?!" Sempre tem aquele trabalho, é tudo no coletivo, e ninguém trabalha individualmente. Até pra tomar uma decisão dentro de nossas ocupações, é no coletivo. O coordenador local, ele não toma decisão só, certo?! Se tiver de tirar algum ocupante que esteja perturbando, traz pra coordenação toda, a coordenação toda conversa, depois a gente leva para o povo, leva para a assembleia, explica a situação, e a assembleia toma a decisão junto com a coordenação (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 29/12/2012, em Recife).

(A respeito do movimento e das ocupações...)

Ela tem uma hierarquia, uma hierarquia declarada. Porque? Porque num encontro nosso, nós elegemos uma coordenação estadual. Essa instância de coordenação estadual responde politicamente pelo rumo da organização. Então ela tem uma coordenação. Essa coordenação é composta por ‘coordenadores de área’ né?! Que são os representantes dos trabalhadores. Esses coordenadores de área que formam a coordenação estadual, é este Fórum, esta composição entre coordenadores de área e estadual... é que dirige a organização politicamente, não é?! Esses coordenadores assumem um papel político na organização: um de articulação política, outro de acompanhar as ocupações, outro fica na frente de massa, outro trabalha a questão da formação política, outro trabalha a questão das mulheres, outro trabalha a questão do fortalecimento da juventude, e por aí vai... Agora, nós usamos essa nomenclatura “coordenação” pra evitar que uma liderança se sobreponha a outra liderança. Então, todas as decisões do movimento, elas são resolvidas na coordenação estadual, ta certo?! Agora, quando o problema é nas ocupações, aí elas são resolvidas nas ocupações. Quando se esgota lá e não se resolve, então se traz pra coordenação estadual (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE e coordenador nacional da UNMP em 29/01/2013, em Recife) (destaques nossos).

(A respeito das reuniões e dos processos decisórios...)

Nós temos reuniões, no começo da ocupação, todas as noites [...] Depois que a ocupação se estrutura, é uma vez por semana com coordenação estadual e a local. E não somos nós quem dá a linha, pois quem dá a linha é a coordenação local com o apoio da coordenação estadual. E os moradores que não se sentem a vontade com essas normas, eles se colocam e podem ser mudadas. Só que sempre pensando no coletivo (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 09/01/2013, em Recife).

Por outro lado, devido a certos contextos sociais, algumas ocupações mantêm uma estrutura organizacional mais hierárquica e despótica, como se pode verificar na fala que segue:

A organização tem sim uma hierarquia, porque a gente marca as nossas reuniões, a gente sempre comunica à Marcos. Tem reuniões que ele é necessário, mas também tem reuniões que ele não é necessário, porque ele dá todo o aval de confiança à mim e à Claudivânio. E a hierarquia que existe em nossa ocupação é que o coordenador, ele tem que ser respeitado. [...] A hierarquia que a gente faz é que eles tem um certo respeito pela gente porque somos nós que vamos para a prefeitura. Então tudo, tudo, toda reunião que a gente faz na prefeitura politicamente, nós fazemos nossa reunião também no acampamento de quinze em quinze dias. Não fica nada sem ser passado. A verdade acontece lá na prefeitura, a verdade também acontece na ocupação (Entrevista com coordenador local do MTST/PE em 10/01/2012, em Cabo de Santo Agostinho).

Nesse modelo híbrido de organização política e de territorialização desempenhado pelo MTST/PE, os líderes locais exercem a função de catalisadores do permanente processo de politização das famílias, rumo à construção de sua autonomia e emancipação. Sua função é, na maioria dos casos, mediar conflitos e convocar todos à participação, organizando as reuniões e os atos políticos. Eles ainda exercem um papel educativo, procurando manter a coesão dentro da ocupação, no sentido de salvaguardar sua autonomia em relação aos ditames da sociedade que a cerca.

Portanto, não há um só sujeito no processo de territorialização do MTST/PE, pois todos os sem-teto formam um único corpo coletivo que, em meio a relações de poder, apropriam-se de alguns recortes do espaço urbano. Mas é preciso reconhecer que as lideranças exercem um papel mais importante neste sentido, pois é por meio de sua atuação que o processo de ocupação ultrapassa seu objetivo imediato. Devido ao seu alto grau de precarização socioeconômica, as famílias sempre estão mais interessadas nos ganhos materiais de curto prazo, como a posse da terra ou da moradia. De maneira diferente, a ação das lideranças sempre se direcionam à superação desse sentido imediato da ocupação, consolidando seu caráter mais político e transformador, o de construção da emancipação das famílias pobres. Isso está muito claro na seguinte fala:

(Quando interpelado sobre o papel do movimento para as famílias...)

Acho que é a reflexão né?! A reflexão política da ausência de um projeto habitacional. Eu acho que a gente traz uma luz lá no fim do túnel para a elevação da autoestima, porque as famílias com que o MTST trabalha... são famílias que os partidos políticos não querem, as igrejas não querem, porque só dão trabalho, pois são pessoas que tem as vezes sua identidade perdida, sua autoestima lá em baixo e que a sociedade rejeita. Então, nós temos uma responsabilidade danada de trabalhar esse itens com essas famílias. Isso é muito trabalhoso. Não é fácil! Então o MTST consegue, com esta bandeira, fazer com que as famílias olhem nelas a luz que está no fim do túnel. E através dessa bandeira, ressuscitar nela a autoestima, o sonho, o desejo de conseguir essa moradia. A vontade de se conseguir esse direito. Evidentemente que a gente incuti na cabeça das pessoas, no debate político, de que agente não quer apenas a moradia, agente quer a moradia, a gente quer a diversão, a gente quer o lazer, a gente quer a comida boa, o trabalho [...] (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE e coordenador nacional da UNMP em 29/01/2013, em Recife) (destaques nossos).

Portanto, embora uma ocupação signifique, a priori, uma ação que visa simplesmente obter ganhos materiais, como uma moradia, trata-se também de uma prática política, fundamentada em relações de poder, *horizontalmente construída e politicamente direcionada pelos coordenadores*, e que visa estabelecer um novo modelo de organização social e política que, muitas vezes, consegue fazer frente ao modelo capitalista, até porque geralmente se sobrepõem ao regime hegemônico de propriedade, às regras, normas e instituições burguesas.

Cabe ainda registrar as especificidades das ocupações frente a forma espacial apropriada. Como se pode perceber, os sem-teto territorializam tanto terrenos urbanos baldios, como edificações abandonadas. Para cada um desses tipos de espaço apropriado há diferentes conformações políticas, diferentes desafios à conquista da moradia e diferentes processos educativos e de luta. As ocupações que se dão em edifícios abandonados, por exemplo, geralmente tentam para a construção de moradias no próprio edifício, já as ocupações em terrenos urbanos geralmente ocorrem como forma de regatear moradias junto ao poder público, independente do local.

Ocupações como a “segunda de Campo Grande” (Figura 01), ou a da “Rua da Linha” buscam explicitamente a conquista de moradias em outro lugar. Já a do “Trianon” tinha como objetivo a construção de moradias na própria edificação. Entretanto, ocupações de prédios como a do “Posto 11” (Figura 02) não buscavam moradias na mesma edificação, mas em outro lugar. Outras exceções são os casos das ocupações de “Lagoa da Conquista (Figura 03)” e a “Luís Inácio” (Figura 04) que mesmo sendo em terrenos baldios, buscam a construção de moradia no local onde as famílias se encontram.



Figura 01: Entrada da segunda Ocupação Campo Grande, mais conhecida como “Favela de Plástico”
Fotografia: o autor (2013)



Figura 02: Ocupação “Posto 11”, na zona norte do Recife
Fotografia: o autor (2010)



Figura 03: Esgoto à céu aberto na ocupação Lagoa da Conquista, zona sul do Recife
Fotografia: o autor (2010)



Figura 04: **Ocupação Luís Inácio, no município do Cabo de Santo Agostinho**
Fotografia: o autor (2013)

Cada ocupação, portanto, possui suas especificidades. Embora haja certas tendências do ponto de vista organizacional, elas não seguem rigidamente objetivos pré-determinados ou regras de funcionamento. O que elas mais possuem em comum é a diversidade.

Por fim, é importante também destacar o conflito terminológico que há entre as palavras ocupação e invasão. Estes termos, como observou Souza (2011), buscam designar a mesma prática espacial, porém o primeiro é mais utilizado entre os defensores da agenda da reforma urbana que, por sua vez, reconhecem a legitimidade da apropriação de certos espaços, por parte dos excluídos urbanos, como forma de conquistar o direito à cidade. O termo invasão, por seu turno, possui uma conotação muito mais conservadora, pois geralmente tende a associar o processo de territorialização do espaço urbano com a violenta atitude de um invasor, que se apropria do que é de propriedade alheia. O MTST/PE, obviamente, recorre muito mais à primeira definição.

ii) Passeatas e protestos

Outras importantes territorializações desempenhadas pelo MTST/PE são as passeatas e protestos que vez ou outra atraem a atenção da opinião pública. As passeatas são caminhadas coletivas organizadas que ocorrem pelos espaços públicos no intuito de chamar a atenção da sociedade para a bandeira e para os princípios que fundamentam o movimento, bem como para os problemas os quais o movimento procura combater. Já os protestos podem ser caminhadas ou a simples aglomeração de pessoas em espaços públicos, onde se entoam palavras de ordem que visam se opor a alguma situação socioeconômica e política desfavorável.

Embora as duas práticas se confundam, muitas vezes adquirindo o mesmo significado, as passeatas geralmente são mais “pacíficas” e possuem uma certa periodicidade. Os protestos ocorrem apenas mediante a instauração de um contexto socioeconômico desfavorável e, por isso, costumam adquirir mais visibilidade.

O que ambas possuem em comum é o fato de corresponderem a territorializações fluidas, apropriações do espaço urbano que se fazem, desfazem e refazem continuamente durante um dado período de tempo.

Em uma passeata ou em um protesto, os sem-teto se apropriam de certos espaços, desterritorializam e reterritorializam outros espaços de maneira dinâmica. Esse território fluido e muitas vezes caminhante se fundamenta, como toda prática territorial, em relações de poder. O espaço ocupado por uma passeata ou por um protesto se estabelece a partir de um conflito em relação ao resto da cidade, conflito esse que envolve o papel dos espaços públicos e a necessidade de manifestar o descontentamento frente aos desmandos do poder econômico e do político. Esse tipo de territorialização, conseqüentemente, envolve também questões imateriais, pois na medida em que realça o caráter político dos espaços públicos, tal prática também promove sua ressignificação frente ao sentido atribuído pelo modelo capitalista de produção do espaço.

iii) Territorialidades “intra-ocupação”

Cada ocupação se dispõe em um acordo mútuo entre os sem-teto e a cúpula maior do movimento, sendo que cada ocupante possui seu próprio espaço, um barraco (quando se trata de ocupações de terrenos urbanos) ou um cômodo (quando o espaço ocupado é um edifício). Esse território individual no interior da ocupação é onde eles executam suas atividades mais íntimas e onde as regras e normas de convivência são determinadas no âmbito familiar. Fora desses espaços, as regras e normas de coabitação são definidas pelo conjunto da ocupação e do movimento. As ocupações se constituem, assim, em um arranjo muitas vezes conflituoso de pequenos territórios familiares e coletivos (Figura 05).



Figura 05: Parcelamento de uma ocupação para a construção dos primeiros barracos
Fotografia: o autor (2010)

Os coordenadores locais que, como constatamos, possuem um papel catalisador no processo de politização dos ocupantes encontram o limite de sua atuação nos territórios familiares, pois as regras e normas de convivência familiar geralmente são respeitadas. Poucas são as vezes em que os coordenadores

locais e o movimento intervém na vida familiar, o que nos leva a crer que o território da ocupação possui uma estrutura interna muito determinada, onde os espaços coletivos e os espaços privados são bem definidos. Isso está bastante evidente na seguinte fala:

Eu trabalho junto com os coordenadores lá dentro. Eu sou pau pra toda obra. Eu sei como fazer, como trazer, como administrar uma ocupação [...] Você não pode mandar na porta dos outros pra dentro. Você só manda na porta dos outros pra fora. E eu sempre digo aos coordenadores que trabalham comigo, 'ó, esse é o quadrado da ocupação, nós temos quatrocentos barracos, a gente manda na via, mas da porta pra dentro quem manda são eles' [...] Pra eu entrar, eu só entro se você me permitir. Eu não posso chegar e 'emburacar' não (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 29/12/2012, em Recife) (destaques nossos).

Nitidamente delimitados, os territórios familiares fazem limite com os espaços coletivos que são, em sua maioria, de usufruto de todos para os momentos de reunião ou mesmo para atividades educativas e lúdicas, como se pode ver na fala que segue:

(A respeito da existência de espaços para convívio coletivo nas ocupações...)

Temos né! Temos os espaços que ele é coberto. No caso assim, você chega como um voluntário, você chega e diz: Olha Cláudia, nós estamos aqui com dois caldeirões de sopa, temos pão, queremos distribuir, não de porta em porta. E a gente temos aqui local, chega voluntário pra querer dar aula, porque tem muita gente dentro que é analfabeto. E a gente temos a área coberta, sempre a gente deixamos o espaço, não tão grande, mas temos pra fazer nossas reuniões, dar aulas, tem aula de bordado, aula de crochê. Então, sempre a gente temos que ocupar as nossas famílias, nesse convívio assim, no local, né?! Em Junho agora eu estava no Cabo e a gente fizemos lá o dia dos namorados, né?! Porque é raro você ver comemorar no local se não for você e seu namorado ou você e sua namorada, né?! E a gente fizemos o dia dos namorados né, e foi muito gostoso naquela arezinha assim fechado. Tivemos político lá, porque era eleição. Tivemos político, tivemos ajuda. Mas nós sempre temos. A única ocupação que a gente não temos e se você chegar lá agora e for procurar é a ocupação de Campo Grande, porque como são três movimentos, o espaço ficou pequeno, né?! (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 29/12/2012, em Recife) (destaques nossos).

Por último, vale acrescentar que a organização interna de uma ocupação é também causa de conflitos entre os ocupantes. Desde o momento inicial da ocupação é instaurado um conflito permanente pela definição dos limites para a construção dos barracos (quando se tratam de ocupações de terrenos urbanos) ou pela definição dos cômodos a serem ocupados pelas famílias (quando o espaço ocupado é um edifício). Esse conflito é continuamente refreado pelos coordenadores locais e pelo movimento que procuram sempre a negociação. Contudo, algumas vezes esses conflitos se sobrepõem a capacidade de regulação do movimento e evoluem para disputas individuais generalizadas, onde a coesão do território da ocupação é posta em risco. Nesses casos, ou o movimento intervém de maneira mais rígida, ou alguns moradores se retiram da ocupação por conta própria, muitas vezes vendendo suas moradias provisórias.

Considerações finais

Como se pôde perceber, a prática da territorialização é basilar à luta do MTST/PE. Esse movimento, assim como muito outros no mundo contemporâneo, tem sua atuação calcada em processos de apropriação dos espaços. E essas territorializações nada tem haver com os poderes instituídos ou com os exercícios de

legitimação do Estado, pois são orquestradas pela sociedade, sobretudo pelos segmentos socioeconomicamente excluídos. Por isso, para entender esses processos, a Geografia deve lançar mão de uma concepção de território atrelada às práticas sociais cotidianas e aos micropoderes que são constantemente exercidos no interior das sociedades.

O MTST/PE tem na ocupação o mote de toda a sua atuação, ou seja, a apropriação de certos espaços da cidade é o ponto de partida para sua resistência e luta. Mas essas territorializações constituídas no âmbito da atuação do MTST/PE não são estáticas, nem apenas concretas, mas também dinâmicas e abstratas, pois ao promover passeatas e protestos, esse movimento também territorializa descontinuamente os espaços públicos, assim como atribuem a eles novos significados. Em outras palavras, os territórios construídos pelos sem-teto são, de fato, *relações de poder operando a partir de uma fração do espaço, de maneira dinâmica e nos níveis material e simbólico*.

As formas de territorialização realizadas pelo MTST/PE sempre intentaram, primeiramente, pela conquista de melhores condições de vida para as famílias sem-teto. Mas nesse mesmo percurso, essas práticas tem transcendido a esfera da reprodução e apontado para uma luta mais radical contra o modo hegemônico de produção do espaço. Dessa forma, não se pode dizer apenas que o MTST/PE territorializa certos espaços da cidade no intuito de conquistar moradias, uma vez que ele também tem promovido um questionamento profundo da propriedade privada capitalista, dos discursos, regras, normas e instituições burguesas. A territorialização do MTST/PE em Recife é mais que uma tática à obtenção de bens materiais, pois é também uma estratégia de enfrentamento das condições socioeconomicamente excludentes impostas pelo capitalismo na cidade. Concluimos, então, que por meio de sua territorialização, o MTST/PE tem contribuído para a transformação da cidade, independente das limitações existentes.

Referências

- BADIE, Bertrand. **O Fim dos Territórios**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. 304p.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 311p.
- CASTELLS. M. **A Sociedade em Rede**. 11.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. 698p.
- FOUCAULT, Michel. **O Sujeito e o Poder**. In: DREYFUS, H. L. (org). Michel Foucault, uma Trajetória Filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.
- _____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 16.ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 262p.
- _____. **“Outros Espaços”**. In: MOTTA, M. B. (org.). Michel Foucault: Estética: Literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001 [1986]. 411-422.
- _____. **Microfísica do Poder**. 27.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009 [1979]. p. 295.
- HAESBAERT, R; RODRIGUES, G. B. *A Desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari*. **Revista GEOgraphia**, Niterói, v. 4, n.7, 7-22, 2002.

- HAESBAERT, R. **Concepções de Território para Entender a Desterritorialização**. In: SANTOS, M; BECKER, B. (Orgs). *Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 35-73.
- MACHIAVEL, N. **O Príncipe**. 16.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993 [1513]. 158p.
- MORAES, A. C. R. **Ratzel**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993 [1980]. 269p.
- SANTOS, O. A. A. *Movimentos Sociais Urbanos e Geografia: algumas notas à compreensão da realidade do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST/PE)*. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 01, n. 01, 32-61, 2012.
- _____. SANTOS, O. A. A. **Em Busca de Territórios Autônomos: as práticas espaciais do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto na Região Metropolitana do Recife**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco / Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Recife, 2013. 150p.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 192p.
- SOUZA, M. L. *Práticas Espaciais Insurgentes em um Mundo Globalizado: da “revolução molecular” à política de escalas*. In: MENDONÇA, Francisco (et al. Orgs). **Espaço e Tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: ANPEGE/Ademadan, 2009. 459-478.
- _____. *Com o Estado, Apesar do Estado, Contra o Estado: os movimentos sociais e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta*. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, N° 11, V. 7, 13-47, 2010.
- _____. **A Cidade, a Palavra e o Poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano**. In: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). *A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. 147-166.